

IAB-ES critica o uso irregular do solo

A ocupação acelerada e irregular no solo urbano, principalmente na área da Grande Vitória, será um dos temas que a seccional do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-ES) defenderá no Rio por ocasião das comemorações do 60º aniversário da entidade, na próxima semana. Essa é uma preocupação da classe dos arquitetos capixabas, que tentará fazer o problema constar num documento nacional do IAB.

No encontro, segundo o presidente do IAB-ES, Kleber Frizera, será feita uma avaliação da entidade, tida como liberal, nas lutas que iniciou e encampou, como em 1945, quando defendeu a anistia, ou em 64 — quando pediu a reforma urbana —, além das críticas que fez ao Banco Nacional da Habitação (BNH), também na década de 60. A comemoração será aproveitada, ainda, para que os arquitetos capixabas façam uma denúncia sobre a qualidade de vida urbana no estado, que tem se deteriorado.

"Na Grande Vitória cerca da metade de sua população, 350 mil pessoas, vive em condições subumanas, habitando mangues e morros", disse Kleber Frizera, ao enumerar problemas como "a destruição do meio ambiente e penetração das grandes empresas — Companhia Siderúrgica de Tubarão e Aracruz Celulose, por exemplo, que se omitem no compromisso com a sociedade e com o espaço para o homem. De outro lado vemos o estado abdicando seu controle em favor dessas empresas".

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

A especulação imobiliária foi apontada pela seccional do IAB como uma das grandes culpadas pela ocupação acelerada e irregular nas zonas urbanas da Grande Vitória, atingindo, hoje, até o município de Guarapari. Isso na opinião de Kleber Frizera, "é o resultado da omissão das prefeituras, responsáveis diretas pelo problema".

Somente no município da Serra, segundo ele, há loteamentos aprovados correspondendo a 90 mil lotes, sem as mínimas condições de infraestrutura básica, como calçamento, rede de esgoto, água encanada e iluminação. "Em todo o Espírito Santo" — enfatizou Kleber — "as prefeituras municipais não detêm esse tipo de controle".

Exemplos dessa falta de controle, conforme

disse Kleber, são as aprovações de projetos de loteamentos sem infra-estrutura e prédios não atendendo os gabaritos estipulados por áreas. "Em Guarapari o problema é mais sério", garantiu o presidente do IAB-ES, "pois estão sendo construídos esgíços sem a mínima condição de higiene, sem atender os menores requisitos de sanidade: falta espaço para ventilação ambiental, áreas de iluminação e muitas outras irregularidades".

Em Vitória, segundo Kleber, um prédio que está sendo construído no bairro Jardim da Penha teve seu projeto aprovado pelo prefeito Carlito Von Schilgen sem obedecer o gabarito do Código de Obras. Um projeto para construção de um esgíço na cidade alta, tachado de casuístico por Kleber Frizera, foi aprovado segundo ele, pela Câmara Municipal para a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

"Estranhamos o fato da legislação ter sido burlada para beneficiar uma entidade que há muito vem lutando pelos avanços da população e modificação da sociedade, a pedido da própria entidade. Enviamos uma correspondência à OAB-ES, fazendo um apelo no sentido de que, a partir daí, o município não dê margem a atos semelhantes.", salientou Kleber.

PROBLEMAS

Outros problemas contidos no documento que o IAB-ES discutirá no Rio, são: "O descaso pelas áreas de uso público (praias, ruas e praças), pelas condições de limpeza e conservação, pelo uso inadequado ou pelo desrespeito aos usuários; a má qualidade do projeto e construção da maioria de nossos prédios públicos, agravada pelos precários meios de manutenção e conservação, destacando-se especialmente os edifícios escolares e de saúde".

Serão denunciados, ainda, "a destruição e abandono dos poucos exemplos de nossa memória histórica e cultural; a despreocupação da maioria dos municípios com o controle dos loteamentos e das edificações; o descaso com o enfrentamento dos problemas ambientais e com os gerados pelo crescimento urbano, demonstrado pelo rebaixamento hierárquico ou extinção do organismo dedicado a seu controle, tais como a Fundação Jones dos Santos Neves e a Fundação Estadual do Meio Ambiente", entre outros.